

☆ continuação

Sompo Seguros S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)							
	Capital social	Reservas de capital	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Custos de transação	Ações em tesouraria	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	985.586	14	212.164	(1.862)	(7.256)	—	1.188.646
Ajustes de exercícios anteriores	—	—	(2.139)	—	—	—	(2.139)
Superávit referente a PrevSompo	—	—	1.992	—	—	—	1.992
Ajuste com títulos e valores mobiliários	—	—	—	2.340	—	—	2.340
Lucro líquido no exercício	—	—	—	—	73.653	—	73.653
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	—	—	3.682	—	(3.682)	—	—
Reserva estatutária	—	—	41.094	—	(41.094)	—	—
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	(28.877)	—	(28.877)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	985.586	14	256.793	478	(7.256)	—	1.235.615
Ajustes de exercícios anteriores	—	—	(11.965)	—	—	—	(11.965)
Superávit/(déficit) referente a PrevSompo	—	—	(5.196)	—	—	—	(5.196)
Aumento de capital portaria SUSEP nº 50, de 25/09/2019	25.246	—	—	—	—	—	25.246
Ajuste com títulos e valores mobiliários	—	—	—	(2.765)	—	—	(2.765)
Ações em tesouraria	—	—	—	—	—	(103)	(103)
Lucro líquido no exercício	—	—	—	—	69.520	—	69.520
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	—	—	3.476	—	(3.476)	—	—
Reserva estatutária	—	—	38.820	—	(38.820)	—	—
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	(27.224)	—	(27.224)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.010.832	14	281.928	(2.287)	(7.256)	(103)	1.283.128

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota Explicativa	2019	2018
Prêmios emitidos líquidos	22.a	3.374.269	2.937.320
Variação das provisões técnicas	22.b	(391.420)	(107.075)
Prêmios ganhos	22.c	2.982.849	2.830.245
Receita com emissão de apólices	22.d	6.683	7.428
Sinistros ocorridos	22.e	(1.651.795)	(1.676.958)
Custos de aquisição diferidos	22.f	(653.515)	(633.291)
Outras receitas e despesas operacionais	22.g	(99.175)	(141.048)
Resultado com resseguro	22.h	(158.335)	40.010
Receitas com resseguro		574.367	544.668
Despesas com resseguro		(732.702)	(504.658)
Despesas administrativas	22.i	(383.885)	(373.305)
Despesas com tributos	22.j	(65.723)	(71.240)
Resultado financeiro	22.k	110.741	109.781
Resultado patrimonial	22.l	(8.065)	3.585
Resultado operacional	22.m	79.780	95.207
Ganhos e perdas com ativos não correntes		325	(92)
Resultado antes dos impostos e participações		80.105	95.115
Imposto de renda	23	6.474	(186)
Contribuição social	23	4.868	(7.541)
Participações sobre o resultado		(21.927)	(13.735)
Lucro líquido do exercício		69.520	73.653
Quantidade de ações no período		108.955.074	106.795.047
Quantidade de ações ordinárias		108.946.242	106.786.176
Quantidade de ações preferenciais		8.832	8.871
Lucro por ação		0,64	0,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	69.520	73.653
Variação no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	(4.550)	4.262
Imposto de renda e contribuição social	1.821	(1.918)
Ajuste dos títulos e valores mobiliários - controlada	(36)	(4)
Subtotal	(2.765)	2.340
Previdência privada (*)	12.685	—
Imposto de renda e contribuição social (*)	(5.074)	—
Subtotal	7.611	—
Total dos resultados abrangentes	74.366	75.993

(*) Vide nota nº 31.i.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	69.520	73.653
Ajustes para:		
Depreciação	4.655	8.126
Amortização	21.831	19.645
Perda (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	845	(1.239)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.116)	(9.656)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	(2.765)	2.340
Lucro líquido ajustado	92.970	92.869
Variáveis nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	39.234	125.634
Créditos das operações de seguros e resseguros	(337.989)	(223.496)
Outros créditos operacionais	(53.952)	13.564
Ativos de resseguro	(51.287)	(382.759)
Títulos e créditos a receber	(32.902)	(11.637)
Outros valores e bens	(1.987)	3.835
Despesas antecipadas	613	3.080
Outros créditos	(12.328)	3.014
Custos de aquisição diferidos	(108.187)	(13.465)
Depósitos judiciais e fiscais	(5.296)	4.177
Obrigações a pagar	(25.765)	14.374
Encargos trabalhistas	683	484
Empréstimos e financiamentos	(727)	2.515
Impostos e contribuições	15.176	—
Impostos e encargos sociais a recolher	14.500	9.568
Outras contas a pagar	(1.565)	3.412
Débitos de operações com seguros e resseguros	337.944	157.085
Depósitos de terceiros	58.954	6.247
Provisões técnicas - seguros e resseguros	156.174	356.953
Provisões judiciais	4.421	3.344
Outras provisões	12.685	—
Ajuste dos títulos e valores mobiliários - controlada	35	(2)
Caixa líquido gerado pelas operações	101.404	168.796
Atividades de investimento		
Aquisição de investimentos	(133)	—
Aquisição de imobilizado	(19.517)	(26.751)
Aquisição de intangíveis	(75.446)	(82.373)
Price purchase allocation	9.442	6.118
Baixas de imobilizado	450	253
Baixas de intangível	2.117	3
Investimentos em controladas	20.000	(21.673)
Dividendos recebidos	183	2.390
Ajustes de exercícios anteriores - controlada	41	—
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	(62.863)	(122.033)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	25.246	—
Juros sobre capital próprio	(27.224)	(28.877)
Ações em tesouraria	(103)	—
Plano de previdência complementar - PrevSompo	(5.196)	(1.992)
Ajustes de exercícios anteriores	(12.797)	—
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(20.074)	(30.869)
Aumento líquido de caixas e bancos	18.467	15.894
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	36.747	20.853
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	55.214	36.747
Aumento líquido de caixas e bancos	18.467	15.894

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

definitiva ou vencimento dos respectivos ativos. **iii. Recebíveis:** Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, valores a receber e direitos junto a resseguradores e seguradoras no caso de coseguro. **c) Determinação do valor justo:** Para apuração do valor justo dos ativos financeiros a Seguradora adota as seguintes práticas: **i. Títulos privados (exceto quotas de fundos de investimentos):** O valor justo é calculado através de metodologia que considera as taxas de juros, as características e garantias dos papéis e o risco de crédito associado ao emitente, conforme descrito abaixo: • Para os certificados de depósitos bancários (CDB) pós-fixados, letras financeiras (LF) e debêntures (DEB) cuja rentabilidade é estabelecida tendo como parâmetro as variações nas taxas dos certificados de depósitos interbancários (CDI), para as letras financeiras (LF) pré-fixadas utiliza-se a taxa contratada, além dos componentes principais descritos acima, a precificação considera, também, as características de resgate, que podem ser com ou sem liquidez, e possíveis variações entre o valor de custo atualizado e o preço justo praticado no momento da venda; e • Para os certificados de depósitos bancários (CDB) com cláusula que permite o resgate antecipado e uma taxa determinada, utiliza-se a taxa da operação. **ii. Títulos públicos:** O valor justo é calculado com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). **iii. Quotas de fundos de investimentos:** O valor unitário das quotas dos fundos de investimentos não exclusivos é determinado pela instituição financeira administradora e considera a valorização dos títulos mobiliários que compõem a carteira pelo valor de mercado, em consonância com a regulamentação aplicável. **iv. Debêntures:** A rentabilidade das debêntures pós-fixadas é estabelecida tendo como parâmetros as variações nas taxas dos certificados de depósitos interbancários (CDI), acordadas no momento da compra do ativo. **d) Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma bruta, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora de honrar suas obrigações perante aos segurados. Os passivos são compostos basicamente por prêmios de resseguros cedidos líquidos de comissões incorridas na operação, e os ativos representam valores a receber ou a recuperar dos resseguradores em função da ocorrência de eventos abrangidos pelos contratos entre as partes. Compreendem ainda os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme os contratos firmados para cessão de riscos, cujo período de cobertura dos riscos ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme o período de exposição do risco que foi contratado. **e) Bens à venda - (Salvados):** Alguns contratos de seguros transferem à Seguradora direito sobre determinados ativos, decorrentes de um evento de sinistro indenizado que são denominados "salvados". Esses ativos são avaliados ao valor justo, deduzido de custos diretamente relacionados à venda e apresentados no ativo circulante. O valor justo é determinado conforme estimativa de venda histórica, deduzido dos custos estimados para a efetivação da venda dos bens. Mensalmente é reconhecido impairment dos salvados conforme estudo técnico. Essa desvalorização é reconhecida como provisão para perda ao valor recuperável em contrapartida do resultado. A Seguradora adota metodologia para o cálculo da redução do valor recuperável dos salvados, de acordo com estudo de realização do estoque, baseado na experiência histórica observada nos últimos 5 anos. A provisão para ativos estimados de salvados e ressarcimentos é constituída para fazer frente aos ativos e ressarcimentos ainda não registrados até a data-base de cálculo e tem o objetivo de estimar o valor futuro dos salvados a venda e ressarcimentos a receber. O cálculo é executado utilizando dados históricos de ativos registrados, considerando a data de liquidação dos sinistros e a data de aviso dos respectivos ativos dos últimos 60 meses, utilizando a metodologia de triangulação. Esta provisão é estimada mensalmente. **f) Investimentos:** Os investimentos mantidos nas controladas Sompo Saúde Seguros S.A. e Sompo Services Gestão de Riscos e Vistoria Ltda., são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os imóveis próprios da Seguradora, cuja finalidade é obter renda através da locação destes, foram registrados pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada bem como perdas por impairment acumuladas, quando aplicável. **g) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, bem como veículos utilizados para a condução dos negócios. Tais ativos são registrados conforme CPC 27 - Ativo imobilizado, isto é, pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação que é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada dos ativos que são revisados periodicamente. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13a. **h) Intangível: Software:** Os custos associados com o desenvolvimento interno de softwares ou sistemas de informática que gerarão benefícios econômicos futuros são reconhecidos como ativos intangíveis. Tais custos incluem gastos de pessoal próprio de informática e utilização de mão de obra e recursos de terceiros, incrementais para tal desenvolvimento. Os gastos com planejamento, definição de hardware, especificações de software, análise de alternativas e fornecedores, estudos de viabilidade, treinamentos e testes em fase pré-operacional são reconhecidos como despesa quando incorridos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13b. **Ágio:** Os valores atribuídos ao ágio, foram estabelecidos de acordo com laudo técnico emitido por empresa especializada, considerando sua formação. Os valores são parcialmente amortizados (nota explicativa nº 13b) e sua recuperabilidade é testada anualmente. **i) Recuperabilidade de ativos financeiros:** A Seguradora avalia, no mínimo a cada data de balanço, se há evidência objetiva de perda ou desvalorização nos ativos financeiros. Para os ativos classificados como disponíveis para a venda, a perda por um período prolongado é removida do patrimônio líquido e reconhecido no resultado independente do valor. Para prêmios a receber, é reconhecida uma provisão para redução ao valor recuperável, calculada por ramo, com base nos seus respectivos prêmios, de acordo com estudo técnico que considera, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber. Uma provisão para redução ao valor recuperável dos ativos por contrato de resseguro e coseguro é constituída quando houver evidências objetivas e de acordo com as análises operacionais de que os valores acima de 180 dias possam não ser recebidos e o valor correspondente da perda possa ser mensurado de forma confiável. A análise de recuperabilidade é realizada, no mínimo, a cada data de balanço de forma individualizada. **j) Recuperabilidade de ativos não financeiros:** Ativos sujeitos a depreciação ou amortização são avaliados para recuperabilidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias indicando que o valor contábil do ativo não seja recuperável em tais casos. É reconhecida uma perda por impairment pelo montante no qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por impairment é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. **k) Provisões técnicas: i. Definições: Provisões técnicas:** São constituídas por valores estimados, contabilizados mensalmente, para fazer face ao pagamento de sinistros, benefícios e despesas relacionadas. **Nota técnica atuarial (NTA):** Documento que apresenta os parâmetros utilizados, a formulação de cálculo dos prêmios do respectivo seguro e menciona a necessidade ou não de constituição de provisão. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, são aplicáveis às seguradoras autorizadas a funcionar pela SUSEP, de acordo com as determinações da Circular SUSEP 517/2015 e suas alterações posteriores, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em notas técnicas atuariais (NTA). • A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo do prazo a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo e é calculada pela proporcionalidade existente entre os dias que faltam a vigor e o total de dias de vigência da apólice, aplicada ao valor do prêmio; • A provisão de prêmios não ganhos para os riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) é constituída para complementação da PPNG e corresponde aos prêmios estimados para os riscos vigentes, cujas apólices ainda não tenham sido emitidas. O cálculo é baseado principalmente na verificação do tempo médio para emissão das apólices e endossos, de acordo com a base histórica da Seguradora; • A provisão complementar de cobertura (PCC) deve ser constituída quando for constatada insuficiência das provisões técnicas de prêmios, demonstrada pelo teste de adequação de passivos (TAP), disposto na legislação vigente; • A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para pagamento dos sinistros ocorridos e avisados na Seguradora, até sua liquidação. É provisionada através de estimativa ou pelo valor determinado, dependendo do ramo, de acordo com os sinistros avisados. Esta provisão se divide entre sinistros administrativos

continua →

—☆—continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Somo Seguros S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(PSL administrativa) e sinistros judiciais (PSLJ). Sinistros administrativos são considerados os sinistros pelos quais foram entregues toda a documentação e serão liquidados normalmente pela Seguradora, por processo comum. Sinistros judiciais correspondem aos sinistros avisados e que por algum motivo resultaram em processos judiciais e que podem se encontrar em diversas fases de tramitação. Para tais ações é constituída provisão de um percentual do montante envolvido, de acordo com a probabilidade de perda anotada na respectiva nota técnica atuarial da provisão. O montante é atualizado mensalmente pelo índice do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo acrescidos de 0,5% a.m. ou 1,0% a.m., dependendo da data de entrada da ação; • A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR - *incurred but not reported*) é constituída para fazer frente aos sinistros que ocorreram, mas ainda não foram avisados até a data-base de cálculo. O cálculo é baseado em dados históricos que compreende a análise do tempo existente entre a ocorrência e o aviso dos sinistros e os respectivos valores pagos ou pendentes de pagamento, e tem o objetivo de estimar o valor futuro dos sinistros a avisar e já ocorridos. Esta provisão é calculada mensalmente; • A provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER - *incurred but not enough reported*), é constituída caso a experiência histórica observada indique necessidade de ajustar os valores da PSL. Tem a função de refletir eventuais inconsistências entre os valores estimados na data de aviso do sinistro e os efetivos valores de liquidação dos sinistros; • A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída pelos valores das despesas relacionadas com os sinistros, e tem a finalidade de mensurar o montante de despesas futuras que a Seguradora terá para regular os sinistros avisados; • A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) abrange os compromissos assumidos pela Seguradora com os segurados enquanto não iniciado o evento gerador do pagamento da indenização/renda. Tem a finalidade de provisionar os recursos para pagamento dos benefícios a iniciar. É calculada mensalmente conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial do plano ou produto; • A provisão de salvados e ressarcimentos de sinistros pendentes de liquidação financeira abrange os valores estimados de recuperação, calculados com base na experiência histórica observada. O valor calculado reduz, portanto, o saldo da PSL; e • Provisão de salvados e ressarcimento de sinistros liquidados, após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou ressarcimentos, a Seguradora passa a ter um ativo controlado a ser reconhecido em uma provisão específica para tal finalidade. É calculada mensalmente de acordo com os dados históricos e com metodologia especificada em nota técnica atuarial. Este ativo se refere a uma estimativa, e é mensurada e registrada de forma segregada dos salvados e dos ressarcimentos não estimados, ativados contabilmente. **ii. Teste de adequação dos passivos (TAP):** Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações posteriores, a cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos (TAP), que tem a finalidade de avaliar a suficiência das provisões de prêmios e de sinistros. Em 31 de dezembro de 2019, não foram apuradas insuficiências nas provisões de prêmios, bem como nas de sinistros. **i) Benefícios a empregados:** Para os empregados são concedidos os seguintes benefícios: **i. Aposentadoria:** A Seguradora é Patrocinadora da PrevSomo - Somo Entidade de Previdência Complementar que administra 4 (quatro) planos de benefícios previdenciários, assegurando benefícios a empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários. Dois deles são estruturados na modalidade de benefício definido. O primeiro, Plano de Benefícios I, que oferece os benefícios de aposentadoria e pensão; e o segundo, Plano de Benefícios II, que oferece benefícios de risco, aposentadoria por invalidez e pensão por morte. A avaliação atuarial é elaborada ao final de cada exercício. O terceiro, Plano de Benefícios III, está estruturado na modalidade de contribuição variável, onde na fase de acumulação de recursos não existe passivo atuarial, uma vez que os compromissos estão limitados ao saldo de contas formado pelas contribuições efetuadas pelos participantes e pela Patrocinadora. Na fase de concessão do benefício, o saldo de contas é transformado em uma renda mensal vitalícia, determinada por um fator atuarial que leva em consideração a expectativa de vida do participante e de seu beneficiário, e uma taxa real anual de juros, sendo, nesta fase, avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, para cálculo do passivo atuarial. A Patrocinadora, através dos trabalhos da deliberação CVM 695/2012, que aprovou o CPC 33 - Benefícios a empregados, acompanha as reservas dos planos administrados onde, em outubro de 2018, de acordo com a aprovação PREVIC, através da portaria nº 943, provisionou a destinação da reserva especial (superávit) do Plano de Benefício II com reversão dos valores à Patrocinadora no montante de R\$ 1.992 e em 2019 provisionou R\$ 2.124 de superávit no referido plano e R\$ 7.611 de déficit no plano III, impactando seu patrimônio líquido em R\$ 5.196 (ambos líquidos de impostos). Os planos de benefícios mencionados acima são calculados com base em premissas atuariais, financeiras e econômicas, tais como: Taxa real anual de juros (onde a taxa toma por base os títulos de longo prazo do Governo Federal), tábua de mortalidade, etc., sendo os planos de benefício I e II pelo método de crédito unitário projetado e o Plano de Benefício III pelo método de capitalização integral, onde, em ambos, o ativo ou passivo dos planos de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação menos o valor justo dos ativos do respectivo plano, nos moldes do CPC 33 - Benefícios a empregados. Estes planos encontram-se bloqueados à novas adesões de participantes. O Plano de Benefícios IV (Confortprev), está estruturado na modalidade de contribuição definida, oferecendo uma renda mensal decorrente do saldo de contas, pelo método de capitalização financeira, não acarretando nenhum passivo para a Patrocinadora, de acordo com o CPC 33 - Benefícios a empregados. **ii. Benefícios de rescisão - pós-emprego:** A Seguradora, nos termos da convenção coletiva de trabalho à qual está subordinada, concede, por um período limitado de tempo após a rescisão do contrato de trabalho, benefícios de seguro saúde. Esses benefícios, comumente chamados de pós-emprego, são provisionados quando o contrato de emprego é rescindido pela Seguradora. **iii. Participação nos lucros e resultados (PLR):** A Seguradora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que considera a distribuição em função de um plano interno de participação nos lucros e resultados, com respectiva concordância do Sindicato dos Securitários, de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000. A definição das metas e os montantes de participação dos colaboradores nos lucros e resultados são definidos por uma comissão interna, composta por colaboradores das diversas áreas da Somo Seguros S.A., que se reúnem anualmente com representantes da Diretoria da Seguradora e do Sindicato dos Securitários. **m) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro líquido foi majorada a partir de setembro de 2015 sendo calculada a 20% até dezembro de 2018, e de acordo com a Lei nº 13.169/15, voltando a ser calculada a 15% sobre o lucro tributável a partir de janeiro de 2019. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. Os créditos tributários são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço aplicadas sobre o montante das diferenças temporárias. Através da Lei nº 13.169/15, que majorou a alíquota de CSLL de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018, foram atualizados os saldos do ativo e passivo fiscal diferido de diferenças temporárias de CSLL (vide nota explicativa nº 8.a) onde a partir de janeiro de 2019 a alíquota volta para 15%. A recuperabilidade dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. **n) Provisões judiciais, passivos e ativos contingentes:** A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação. Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável e divulgadas segundo o CPC 25 - Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados, quando existentes. **o) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. O imposto sobre operações financeiras (IOF) a recolher incidente sobre os prêmios a receber é registrado no passivo da Seguradora, retido e recolhido simultaneamente no recebimento do prêmio. Os custos de aquisição são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho. As despesas de resseguros cedidos são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional). Os créditos das contribuições para PIS e COFINS sobre os sinistros avisados e ainda não pagos são reconhecidos no ativo e no resultado de forma simultânea à constituição da provisão para sinistros a liquidar. As indenizações por sinistros são dedutíveis da base de cálculo dessas contribuições quando de sua efetiva liquidação financeira (vide nota explicativa nº 8). **4. Gestão de risco:** A Seguradora está exposta aos riscos de seguro: operacional, crédito, liquidez, mercado, legal, subscrição e outros, provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau os seus objetivos estratégicos e financeiros. A finalidade deste item das notas explicativas é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora para gestão e mitigação dos riscos acima mencionados. **a) Estrutura de gerenciamento de riscos:** A estrutura de gerenciamento de riscos da Somo Seguros S.A., tem como objetivo aumentar a nossa capacidade de criar valor para os *stakeholders* e cumprir com os nossos objetivos estratégicos. O ERM (Gestão Integrada de Riscos) é um processo de gestão utilizado para o incremento da cultura corporativa do conceito de retorno sobre o risco, tendo como premissa o balanceamento entre a eficiência de capital, risco e retorno para sustentação da solidez financeira. Esta estrutura integrada de riscos (ERM) possibilita lidar ativamente com as incertezas e riscos do negócio em todos os níveis, operacional, tático e estratégico, através do monitoramento contínuo e aplicação de medidas preventivas. Adicionalmente, contempla iniciativas que possibilitam o entendimento e fixação dos pilares do *framework* e utilização dos mesmos para a tomada de decisão nos negócios. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado e alinhado com a estrutura de controles internos e *compliance*, que visa o cumprimento e adequação às normas internas e externas, dispondo de mecanismos que mitigam os riscos da Seguradora. Para o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, a Seguradora possui os Comitês de (i) Gestão de Riscos e (ii) Controles Internos e *Compliance* como órgãos de apoio vinculados à Diretoria Executiva. Estes Comitês são responsáveis pela análise das questões inerentes aos riscos corporativos, além do monitoramento do apetite ao risco, com reportes periódicos à Diretoria, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. A Diretoria Executiva possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente interno, tais como, a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, prevenção à fraude, práticas de aculturação, tais como divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética. **b) Risco operacional:** O gerenciamento do risco operacional é realizado pela área de Gestão de Riscos e *Compliance*, visando a mitigação dos riscos que podem resultar em perdas financeiras decorrente de falhas, ineficiência ou inadequação dos processos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Há aplicação de metodologia específica para avaliação dos riscos operacionais, tal qual seu monitoramento e definição de ações de melhoria junto às áreas envolvidas no processo. A Somo Seguros S.A., mantém uma base histórica de registros com suas perdas operacionais e ciclos periódicos de avaliação junto às áreas, conforme requerido na Circular SUSEP 517/15 e posteriores alterações. **c) Gestão de risco de seguro:** O risco de seguro é o risco transferido do segurado para a Seguradora por conta da probabilidade de ocorrência de um evento incerto e aleatório que será indenizado em caso de sinistro. A Seguradora observa se há acúmulo de riscos e, caso haja, é verificada a necessidade de se obter resseguro para minimizá-lo. A Seguradora utiliza estratégias de verificação de diversificação de riscos e programas de resseguro com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito satisfatório, que indique probabilidade de ruína minimizada. Para a minimização da volatilidade é efetuada a diversificação de risco, analisado o tipo do risco, observada a não concentração dos riscos nas diversas regiões e controlada a qualidade do risco a ser segurado. Os principais segmentos na gestão de riscos de seguros estão divididos da seguinte forma: (i) Automóvel: convencional e frota; (ii) Ramos elementares - massificados: empresarial, residencial, condomínio, e demais; (iii) Ramos elementares - corporativos: riscos nomeados e operacionais, responsabilidade civil, garantia, engenharia e demais; (iv) Vida: vida em grupo, vida individual e prestamista; (v) Transportes:

nacional, internacional e responsabilidades; e (vi) Agronegócio e RD: equipamentos agrícolas, penhor rural, riscos diversos e seguro agrícola. A análise do risco de seguro é efetuada constantemente, com a avaliação dos limites de retenção, da cessão do resseguro, controle e análise das provisões técnicas e constituídos os capitais necessários de acordo com a legislação. Também são avaliadas as principais carteiras que contenham um número de segurados adequados para aplicação de metodologias específicas e que traduzirão na indicação de um resultado coerente e adequado.

	Prêmios de seguros	Parcela de ressegurada	Prêmios retidos	% Prêmios retidos por segmento	Prêmios de seguros	Parcela de ressegurada	Prêmios retidos	% Prêmios retidos por segmento
	12/2019	12/2019	12/2019	12/2019	12/2018	12/2018	12/2018	12/2018
Automóvel	932.955	(105.413)	827.542	31,33%	790.004	(4.424)	785.580	32,29%
Demais ramos elementares	2.029.405	(598.850)	1.430.555	54,16%	1.768.360	(485.756)	1.282.604	52,72%
Patrimonial	952.283	(391.302)	560.981	21,24%	918.539	(293.048)	625.491	25,71%
Transportes	720.638	(159.939)	560.699	21,23%	597.707	(146.170)	451.537	18,56%
Rural	153.723	(12.344)	141.379	5,35%	121.383	(17.801)	103.582	4,26%
Responsabilidades	85.589	(7.275)	78.314	2,96%	68.786	(4.551)	64.235	2,64%
Outros	117.172	(27.990)	89.182	3,38%	61.945	(24.186)	37.759	1,55%
Pessoas e viagem	387.641	(28.439)	359.202	13,60%	314.876	(14.478)	300.398	12,35%
Pessoas coletivo	286.010	(26.831)	259.179	9,81%	177.558	(13.164)	164.394	6,76%
Pessoas individual	101.631	(1.608)	100.023	3,79%	137.318	(1.314)	136.004	5,59%
Subtotal	3.350.001	(732.702)	2.617.299	99,08%	2.873.240	(504.658)	2.368.582	97,37%
DPVAT	24.268	-	24.268	0,92%	64.080	-	64.080	2,63%
Total	3.374.269	(732.702)	2.641.567	100,00%	2.937.320	(504.658)	2.432.662	100,00%

Região	2019			2018					
	Auto-móvel	Demais ramos elementares/DPVAT	Pessoas e viagem	Auto-móvel	Demais ramos elementares/DPVAT	Pessoas e viagem			
Centro									
-Oeste	43.770	159.659	109.184	312.613	-Oeste	35.290	125.318	33.178	193.786
Nordeste	59.590	95.381	19.591	174.562	Nordeste	44.572	98.904	8.439	151.915
Norte	10.193	47.939	6.238	64.370	Norte	7.442	45.010	6.597	59.049
Sudeste	663.473	1.339.058	171.770	2.174.301	Sudeste	569.825	1.166.900	212.049	1.948.774
Sul	155.929	411.636	80.858	648.423	Sul	132.875	396.308	54.613	583.796
Total	932.955	2.053.673	387.641	3.374.269	Total	790.004	1.832.440	314.876	2.937.320

d) Análise de sensibilidade da sinistralidade: A Seguradora efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários otimista e pessimista, com base em seu histórico. Esse estudo é submetido à apreciação da Administração no mínimo semestralmente, para determinação das diretrizes e ajustes nos planos de negócios, quando aplicável. O quadro abaixo demonstra os impactos de uma piora e/ou melhora no índice de sinistralidade da Seguradora em 31 de dezembro de 2019:

	Piora de - 15 p.p.s	Piora de - 5 p.p.s	Cenário base (valores reais)	Melhora de - 5 p.p.s	Melhora de - 15 p.p.s
Prêmios ganhos	2.982.849	2.982.849	2.982.849	2.982.849	2.982.849
Sinistros ocorridos	(2.099.222)	(1.800.937)	(1.651.795)	(1.502.653)	(1.204.368)
Índice de sinistralidade	(70,38)%	(60,38)%	(55,38)%	(50,38)%	(40,38)%
Impacto bruto	(447.427)	(149.142)	-	149.142	447.427
Impacto líquido de impostos	(178.971)	(59.657)	-	59.657	178.971

Composição por segmento	2019		Índices - %	
	Prêmios ganhos brutos de resseguro	Sinistros ocorridos brutos de resseguro	Custos de aquisição brutos de resseguro	Sinistralidade
Automóvel	846.294	(523.659)	(163.008)	(61,88)%
Demais ramos elementares	1.853.432	(951.176)	(395.981)	(51,32)%
Patrimonial	941.973	(552.204)	(199.643)	(58,62)%
Transportes	611.743	(295.433)	(130.472)	(48,29)%
DPVAT	22.295	(15.880)	(4)	(71,23)%
Rural	137.771	(55.270)	(37.848)	(40,12)%
Responsabilidades	76.827	(25.615)	(18.275)	(33,34)%
Outros	62.823	(6.774)	(9.739)	(10,78)%
Pessoas e viagem	283.123	(176.960)	(94.526)	(62,50)%
Pessoas coletivo	200.525	(78.358)	(68.412)	(39,08)%
Pessoas individual	82.598	(98.602)	(16.114)	(119,38)%
Total	2.982.849	(1.651.795)	(653.515)	(55,38)%

Composição por segmento	2019		Índices - %	
	Prêmios ganhos líquidos de resseguro	Sinistros ocorridos líquidos de resseguro	Custos de aquisição brutos de resseguro	Comissão-namento
Automóvel	736.690	(460.983)	(118.792)	(62,57)%
Demais ramos elementares	1.201.894	(526.966)	(327.540)	(43,84)%
Patrimonial	516.045	(232.203)	(158.806)	(45,00)%
Transportes	450.346	(203.730)	(119.205)	(45,24)%
DPVAT	22.295	(15.879)	(5)	(71,22)%
Rural	121.326	(47.718)	(34.009)	(39,33)%
Responsabilidades	68.911	(25.154)	(17.639)	(36,50)%
Outros	22.971	(2.282)	2.124	(9,93)%
Pessoas e viagem	253.757	(145.255)	(93.601)	(57,24)%
Pessoas coletivo	172.769	(50.282)	(77.487)	(29,10)%
Pessoas individual	80.988	(94.973)	(16.114)	(117,27)%
Total	2.192.341	(1.133.204)	(539.933)	(51,69)%

e) Gestão de riscos financeiros: Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Seguradora utiliza uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também os requerimentos regulatórios e o ambiente macroeconômico. As análises são realizadas levando em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. A Administração utiliza esses resultados no processo de decisão, planejamento e também para identificação de riscos financeiros específicos originados de certos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. Os resultados são reportados mensalmente para o Comitê de Investimentos que avalia a exposição ao risco. **i. Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de que os recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando exigidas. Consequentemente, a gestão de risco não possui tolerância ou limites para risco de liquidez mantendo o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e compromissos assumidos em seus vencimentos. Tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para garantir que riscos significativos originados de grupos individuais de emissores não venham a impactar os resultados de forma adversa. Considera-se como parte essencial do ciclo operacional a coleta dos prêmios de todos os contratos emitidos para reinvestimento destes recursos em conjunto com a gestão de capital. A ferramenta utilizada pela Seguradora para avaliação do risco de liquidez é a gestão do fluxo de caixa operacional, considerando o casamento dos ativos e passivos no curto e longo prazos. A Administração avalia periodicamente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos, quando necessário. Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros passados e período de expiração do risco dos contratos de seguro. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontados e verifica-se que, em sua totalidade, a Seguradora possui ativos financeiros suficientes para arcar com suas obrigações.

	0 - 3 meses	3 - 6 meses	6 - 9 meses	9 - 12 meses	1 - 3 anos	Sem vencimento	Total
Caixa e equivalentes de caixa	55.214	-	-	-	-	-	55.214
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	254.701	-	-	-	-	-	254.701
Títulos de renda fixa privado	254.701	-	-	-	-	-	254.701
Ativos financeiros disponíveis para a venda	26.757	1.149	50.843	-	56.981	855.589	991.319
Títulos de renda fixa público	25.641	-	47.774	-	24.267	850.593	948.275
Títulos de renda fixa privado	1.116	1.149	3.069	-	32.714	4.996	43.044
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.025.189	227.855	72.332	33.156	102.711	3.040	1.464.283
Prêmios a receber de segurados - a decorrer	70.782	9.903	1.236	442	43.816	-	126.179
Prêmios a receber de segurados - decorridos	735.210	217.952	71.096	32.714	58.895	3.040	1.118.907
Operações com seguradoras	19.279	-	-	-	-	-	19.279
Operações com resseguradoras	199.918	-	-	-	-	-	199.918
Outros créditos operacionais	102.620	-	-	-	-	-	102.620
Ativos de resseguro - provisões técnicas	-	309.495	387.431	78.630	44.777	32.456	852.789
Títulos e créditos a receber	46.544	-	-	-	-	-	315.890
Títulos e créditos a receber	21.416	-	-	-	-	-	21.416
Outros créditos	25.128	-	-	-	-	-	25.128
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	-	-	-	-	202.437
Créditos tributários e previdenciários	-	-	-	-	-	-	113.453
Outros valores e bens	26.356	-	-	-	-	-	26.356
Bens à venda	20.103	-	-	-	-	-	20.103
Outros valores e bens	6.253	-	-	-	-	-	6.253
Custos de aquisição diferidos	38.459	43.640	70.938	153.015	12.350	55.777	374.179
Empréstimos e depósitos compulsórios	105	-	-	-	-	-	105
Total dos ativos financeiros	1.575.945	582.139	581.544	264.801	216.819	946.862	315.890

continua—☆—



☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Somo Seguros S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6. Créditos das operações com seguros e resseguros

a) Prêmios a receber de segurados

	2019			2018		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido
Automóvel	264.018	(790)	263.228	198.937	(786)	198.151
Patrimonial	334.295	(139)	334.156	319.787	(306)	319.481
Transportes	393.177	(184)	392.993	283.819	(719)	283.100
Pessoas	153.148	(1.427)	151.721	107.443	(3.313)	104.130
Rural	23.767	(7)	23.760	21.466	(32)	21.434
Responsabilidades	23.035	(17)	23.018	19.887	(26)	19.861
Riscos financeiros	41.555	(509)	41.046	17.878	(546)	17.332
Riscos especiais	13.344	-	13.344	-	-	-
Demais ramos	1.820	-	1.820	6.907	(3)	6.904
Total	1.248.159	(3.073)	1.245.086	976.124	(5.731)	970.393

b) Aging de prêmios a receber

	2019	2018
Prêmios a vencer	1.119.835	854.110
De 1 a 30 dias	450.445	360.614
De 31 a 60 dias	184.226	162.799
De 61 a 120 dias	222.252	179.297
De 121 a 180 dias	98.651	67.372
De 181 a 365 dias	110.079	72.121
Superior a 365 dias	54.182	11.907

Prêmios vencidos

	2019	2018
De 1 a 30 dias	49.065	69.058
De 31 a 60 dias	9.125	6.466
De 61 a 120 dias	10.329	12.195
De 121 a 180 dias	9.363	9.306
De 181 a 365 dias	17.105	14.267
Superior a 365 dias	33.337	10.721
Total de prêmios a receber	1.248.159	976.124
Provisão para redução ao valor recuperável	(3.073)	(5.731)
Total de prêmios a receber líquido	1.245.086	970.393

c) Movimentação de prêmios a receber

	2019
Saldo em 31 de dezembro de 2018	970.393
Prêmios emitidos	3.969.544
Prêmios cancelados	(543.137)
Restituições	(24.570)
Recebimentos	(3.186.939)
Adicional de fracionamento	1.100
Imposto sobre operações financeiras - IOF	9.431
Riscos vigentes e não emitidos - RVNE	33.345
Variação cambial	13.261
Redução ao valor recuperável	2.658
Saldo em 31 de dezembro 2019	1.245.086

7. Ativos de resseguros e operações com resseguradoras

	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Prêmio de resseguro diferido - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento	Sinistros pagos	Provisão para despesas relacionadas	Provisão de IBNR	Provisão para despesas relacionadas - IBNR	Provisão para redução ao valor recuperável	Total
Automóvel	66.803	3.241	18.743	7.829	706	2.096	75	(229)	99.264
Demais ramos elementares	435.782	27.995	272.699	181.896	1.609	10.682	667	(60)	931.270
Patrimonial	232.487	23.414	230.160	121.962	811	4.218	210	(24)	613.238
Transportes	129.068	1.675	37.371	48.301	439	5.533	265	(36)	222.616
Rural	8.223	241	622	8.869	27	259	13	-	18.254
Responsabilidades	7.190	598	2.614	1.090	204	57	3	-	11.756
Outros	58.814	2.067	1.932	1.674	128	615	176	-	65.406
Pessoas	3.654	-	4.478	10.483	51	3.496	12	(1)	22.173
Pessoas coletivo	2.745	-	3.491	7.310	25	2.981	11	(1)	16.562
Pessoas individual	909	-	987	3.173	26	515	1	-	5.611
Total em 31 de dezembro de 2019	506.239	31.236	295.920	200.208	2.366	16.274	754	(290)	1.052.707

	Prêmio de resseguro diferido - PPNG	Prêmio de resseguro diferido - RVNE	Sinistros pendentes de pagamento (*)	Sinistros pagos	Provisão para despesas relacionadas	Provisão de IBNR	Provisão para despesas relacionadas - IBNR	Provisão para redução ao valor recuperável	Total
Automóvel	1.962	111	1.672	4.214	111	199	9	-	8.278
Demais ramos elementares	324.338	17.353	438.795	95.512	2.257	7.018	382	(31)	885.624
Patrimonial	208.856	11.995	402.321	45.504	1.521	3.924	119	(7)	674.233
Transportes	73.314	1.981	24.409	42.355	447	2.332	117	(12)	144.943
Rural	7.947	796	4.983	6.383	48	261	10	-	20.428
Responsabilidades	2.914	296	5.285	767	187	33	2	(12)	9.472
Outros	31.307	2.285	1.797	503	54	468	134	-	36.548
Pessoas	330	1	4.169	9.339	68	2.720	7	-	16.634
Pessoas coletivo	241	-	3.538	7.620	29	2.258	7	-	13.693
Pessoas individual	89	1	631	1.719	39	462	-	-	2.941
Total em 31 de dezembro de 2018	326.630	17.465	444.636	109.065	2.436	9.937	398	(31)	910.536

(*) Em maio de 2018, a Seguradora foi avisada de um sinistro no ramo de riscos nomeados e operacionais, no montante de R\$ 339.973 com retenção de 1,19%.

8. Créditos tributários e previdenciários

	2019	2018	Prejuízos fiscais		Base negativa de CSLL	
			Base de cálculo	Crédito tributário de prejuízos fiscais	Base de cálculo	Crédito tributário sobre base negativa CSLL
Créditos tributários de diferenças temporárias (nota nº 8.a)	67.551	57.288				
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social (nota nº 8.b)	29.836	18.348				
Créditos de PIS e COFINS	22.624	21.730				
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10.269	5.822				
Outros créditos tributários	12.025	8.954				
Subtotal	142.305	112.142				
(-) Tributos diferidos	(28.852)	(21.009)				
Total do circulante e não circulante	113.453	91.133				

	Saldo em 31/12/2018	Adição	Baixas	Saldo em 31/12/2019	Prejuízos fiscais		Base negativa de CSLL		Saldo final do exercício
Créditos tributários de diferenças temporárias	57.288	15.583	(5.320)	67.551					
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social	18.348	29.857	(18.369)	29.836					
Créditos de PIS e COFINS	21.730	3.212	(2.318)	22.624					
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5.822	7.547	(3.100)	10.269					
Outros créditos tributários	8.954	5.261	(2.190)	12.025					
(-) Tributos diferidos	(21.009)	(7.843)	-	(28.852)					
Total	91.133	53.617	(31.297)	113.453					

a) Créditos tributários de diferenças temporárias

	2019	2018
Saldo em 31/12/2018	91.133	53.617
Adição	53.617	31.297
Baixas	(31.297)	(113.453)
Saldo em 31/12/2019	113.453	91.133

b) Composição do estoque de salvados

	2019			2018		
	Salvados à venda	Redução ao valor recuperável	Salvados à venda líquido	Salvados à venda	Redução ao valor recuperável	Salvados à venda líquido
Automóvel	14.040	(772)	13.268	17.025	(988)	16.037
Responsabilidade civil facultativa	3.321	(115)	3.206	3.190	(137)	3.053
Demais ramos	3.923	(294)	3.629	2.748	(187)	2.561
Total	21.284	(1.181)	20.103	22.963	(1.312)	21.651

c) Movimentação de salvados

	2019			2018		
	Valor bruto	Redução ao valor recuperável	Valor líquido	Valor bruto	Redução ao valor recuperável	Valor líquido
Saldo inicial do exercício	16.037	3.053	2.561	16.037	3.053	2.561
(+) Entradas	85.692	16.795	18.502	120.989	16.795	18.502
(-) Vendas	(81.394)	(14.781)	(66.613)	(126.703)	(14.781)	(111.922)
(-/+ Alteração de estimativa e baixa	(6.295)	(1.746)	(8.041)	5.347	(1.746)	3.601
Total	14.040	(3.321)	10.719	13.268	(3.923)	9.345

	2019			2018		
	Saldo inicial do exercício	Constituições	Reversões	Saldo em 2018 (*)	Constituições	Reversões
Saldo inicial do exercício	16.037	3.053	2.561	16.037	3.053	2.561
(+) Entradas	85.692	16.795	18.502	120.989	16.795	18.502
(-) Vendas	(81.394)	(14.781)	(66.613)	(126.703)	(14.781)	(111.922)
(-/+ Alteração de estimativa e baixa	(6.295)	(1.746)	(8.041)	5.347	(1.746)	3.601
Total	14.040	(3.321)	10.719	13.268	(3.923)	9.345

	2019			2018		
	Saldo em 2018 (*)	Constituições	Reversões	Saldo em 2019	Constituições	Reversões
Saldo em 2018 (*)	16.037	3.053	2.561	16.037	3.053	2.561
(+) Entradas	85.692	16.795	18.502	120.989	16.795	18.502
(-) Vendas	(81.394)	(14.781)	(66.613)	(126.703)	(14.781)	(111.922)
(-/+ Alteração de estimativa e baixa	(6.295)	(1.746)	(8.041)	5.347	(1.746)	3.601
Total	14.040	(3.321)	10.719	13.268	(3.923)	9.345

	2019			2018		
	Saldo em 2018 (*)	Constituições	Reversões	Saldo em 2019	Constituições	Reversões
Saldo em 2018 (*)	16.037	3.053	2.561	16.037	3.053	2.561
(+) Entradas	85.692	16.795	18.502	120.989	16.795	18.502
(-) Vendas	(81.394)	(14.781)	(66.613)	(126.703)	(14.781)	(111.922)
(-/+ Alteração de estimativa e baixa	(6.295)	(1.746)	(8.041)	5.347	(1.746)	3.601
Total	14.040	(3.321)	10.719	13.268	(3.923)	9.345

(*) A partir de 2019, de acordo com a Circular SUSEP nº 575/15, passaram a ser reconhecidos os salvados não disponíveis para a venda. (**) Refere-se ao estoque de materiais de uso.

e) Realização de salvados

Valores em milhares	Períodos anteriores	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Saldo em 31/12/2019	83.521	16.245	18.998	12.872	19.441	18.089	21.480	16.520	17.575	17.818	13.201	14.270	8.139	278.169

continua →



☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Sompso Seguros S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ano de ocorrência:	Períodos anteriores	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Pagamentos de salvados														
Após um mês	(2.869)	(441)	(2.803)	(2.374)	(1.381)	(661)	(442)	(608)	(209)	(184)	(31)	(21)	-	-
Após dois meses	(2.073)	(319)	(2.412)	(2.474)	(1.124)	(663)	(790)	(677)	(447)	93	(168)	-	-	-
Após três meses	(2.295)	(353)	(7.140)	(5.176)	(1.628)	(4.435)	(949)	(396)	(86)	(3.299)	-	-	-	-
Após quatro meses	(4.616)	(710)	(2.547)	(2.375)	(1.311)	(1.153)	(365)	232	(184)	-	-	-	-	-
Após cinco meses	(2.685)	(413)	(3.401)	(2.461)	(1.226)	(780)	(358)	(361)	-	-	-	-	-	-
Após seis meses	(2.560)	(394)	(3.180)	(2.464)	(1.427)	(456)	(735)	-	-	-	-	-	-	-
Após sete meses	(3.072)	(473)	(3.686)	(2.516)	(999)	(554)	-	-	-	-	-	-	-	-
Após oito meses	(3.128)	(481)	(4.376)	(1.141)	(903)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Após nove meses	(5.024)	(773)	(3.246)	(2.612)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Após dez meses	(1.749)	(269)	(2.966)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Após onze meses	(1.791)	(276)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2019	(31.862)	(4.902)	(35.757)	(23.593)	(9.999)	(8.702)	(3.639)	(1.810)	(926)	(3.390)	(199)	(21)	-	(124.800)
Varição entre aviso e pagamento	51.659	11.343	(16.759)	(10.721)	9.442	9.387	17.841	14.710	16.649	14.428	13.002	14.249	8.139	

10. Custos de aquisição diferidos: Compreendem as comissões relativas a aquisição de apólices de seguros sendo a apropriação ao resultado realizada de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

	2019			2018		
	Saldo inicial	Constituições/ (reversões)	Saldo final	Saldo inicial	Constituições/ (reversões)	Saldo final
Automóvel	69.938	18.287	88.225	90.464	(20.526)	69.938
Patrimonial	104.102	(10.021)	94.081	100.832	3.270	104.102
Pessoas	26.228	68.222	94.450	22.500	3.728	26.228
Transportes	26.100	15.814	41.914	14.137	11.963	26.100
Responsabilidades	8.605	1.674	10.279	6.736	1.869	8.605
Demais ramos	31.019	14.211	45.230	17.858	13.161	31.019
Total	265.992	108.187	374.179	252.527	13.465	265.992
	2019	2018				
Circulante	306.052	249.015				
Não circulante	68.127	16.977				
	374.179	265.992				

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição é de 12 meses.

11. Depósitos judiciais e fiscais:

	2019	2018
Fiscais	188.338	182.963
Sinistros	7.863	7.456
Cíveis	3.516	3.800
Trabalhistas	2.720	2.922
Total	202.437	197.141

12. Investimentos:

	2019		2018	
	Services	Saúde	Services	Saúde
Total de ativos	1.991	314.124	1.414	350.905
Total de passivos	345	135.728	210	153.020
Patrimônio líquido	1.645	178.396	1.204	197.885
Capital social	4	96.281	4	116.281
Resultado do exercício	308	769	(407)	10.063
Informações sobre o investimento				
Porcentagem de participação	100,00%	100,00%	90,00%	100,00%
Quantidade de ações/quotas possuídas	40.000	3.495.459	36.000	3.495.459
Saldo de investimento em controladas	180.041	-	199.089	-
Ágio (PPA)	6.462	-	15.904	-
Outros investimentos	282	-	282	-
Total de Investimentos	186.785		215.275	

i. A Sompso Seguros adquiriu, em junho de 2019, os 10% restantes de participação na Sompso Services sendo assim sua única controladora.

b) Imóveis destinados a renda

	Saldo em 2018	Depreciação	Saldo em 2019
Edificações	27	8	35
Terrenos	31	-	31
Total	58	8	66

ii. Tratam-se de imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação. Tais ativos foram reclassificados de imóveis de uso próprio e registrados como investimento conforme CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, pelo custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada calculada com base na vida útil estimada e perdas por impairment, quando aplicável.

13. Imobilizado e Intangível:

	Saldo em 2018		Depre- Transfe- ciação rências		Saldo em 2019		Taxas de depreciação (%)
	em 2018	Aquisições	ciação	rências	Baixas	em 2019	
Imóveis de uso próprio/terrenos	55.714	26	2.459	-	(15)	58.184	2,5% a 6,7%
Equipamentos	5.564	4.193	(2.653)	-	(77)	7.027	20%
Veículos	1.089	-	(364)	-	(344)	381	20%
Móveis, máquinas e utensílios	5.878	2.752	(1.016)	-	(12)	7.602	10%
Instalação	3.853	317	(1.382)	1.758	-	4.546	10%
Imobilizações em curso	13.619	11.681	-	(1.758)	-	23.542	-
Sistemas aplicativos(*)	946	-	(480)	-	-	466	20%
Refrigeração	2.358	488	(324)	-	(1)	2.521	10%
Telecomunicações	177	60	(33)	-	(1)	203	20%
Total	89.198	19.517	(3.793)		(450)	104.472	

(*) Referem-se a hardwares.

b) Intangíveis:

	Saldo em 2018		Amorti- Transfe- zação rências (ii)		Saldo em 2019		Taxas de amortização (%) (iii)
	em 2018	Aquisições	zação	rências	Baixas	em 2019	
Sistemas de computação	162.660	745	(16.480)	74.549	-	221.474	4% a 20%
Ágio	124.010	-	-	-	-	124.010	-
Outros intangíveis (i)	122.046	74.701	(3.060)	(74.549)	(2.117)	117.021	-
Canal varejo	9.605	-	(2.291)	-	-	7.314	14,29%
Total	418.321	75.446	(21.831)		(2.117)	469.819	

(i) Referem-se a projetos em curso e Price Purchase Allocation (PPA). (ii) Referem-se a ativação de projetos em curso - Software. (iii) As taxas anuais de amortização de Sistema de computação após a revisão do prazo de vida útil variam entre 4% a 20% a.a., conforme tabela acima.

14. Encargos trabalhistas e obrigações a pagar:

	2019	2018
Férias	16.067	15.460
Encargos sociais	4.542	4.466
Encargos trabalhistas	20.609	19.926
Dividendos e JCP a pagar	23.192	25.302
Fornecedores	6.283	11.281
Participação nos lucros	10.243	7.763
Honorários, remunerações e gratificações	2	12
Participação nos lucros corretores	8.011	13.861
Honorários advocatícios	365	360
Outras obrigações	4.721	20.003
Obrigações a pagar	52.817	78.582

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo verificar a suficiência da PSL e fazer o acompanhamento do tempo de liquidação dos sinistros, avaliando a evolução destas liquidações. Além disso, é feita a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

d) Desenvolvimento de sinistros: Bruto do efeito de resseguro administrativo

Ano de ocorrência:	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	611.862	798.586	863.358	941.619	1.279.935	1.109.312	1.235.346	1.399.595	2.924.622	1.529.795	-
Após um ano	644.789	766.081	843.693	925.899	1.222.773	1.148.740	1.243.156	1.934.767	2.355.731	-	-
Após dois anos	638.553	751.973	837.408	927.236	1.214.485	1.131.954	1.280.497	1.911.447	-	-	-
Após três anos	635.915	751.469	839.478	923.064	1.215.324	1.144.431	1.273.238	-	-	-	-
Após quatro anos	636.702	752.017	838.403	923.512	1.218.935	1.137.774	-	-	-	-	-
Após cinco anos	637.082	751.740	838.997	924.193	1.219.492	-	-	-	-	-	-
Após seis anos	636.811	752.072	840.488	926.796	-	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	638.511	752.414	839.638	-	-	-	-	-	-	-	-
Após oito anos	638.614	752.341	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Após nove anos	638.915	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2019	638.915	752.341	839.638	926.796	1.219.492	1.137.774	1.273.238	1.911.447	2.355.731	1.529.795	12.585.167
Pagamentos de sinistros											
No próprio ano	(450.793)	(517.075)	(591.648)	(597.970)	(844.934)	(796.196)	(837.718)	(955.173)	(1.650.378)	(1.052.324)	-
Após um ano	(610.768)	(730.775)	(817.606)	(895.697)	(1.178.724)	(1.097.422)	(1.209.855)	(1.859.772)	(2.272.028)	-	-
Após dois anos	(624.373)	(747.277)	(831.721)	(918.371)	(1.208.794)	(1.120.278)	(1.266.859)	(1.905.402)	-	-	-
Após três anos	(634.203)	(749.715)	(835.418)	(922.254)	(1.214.136)	(1.127.433)	(1.272.337)	-	-	-	-
Após quatro anos	(635.856)	(750.907)	(837.041)	(923.268)	(1.217.930)	(1.132.528)	-	-	-	-	-
Após cinco anos	(636.551)	(751.703)	(837.735)	(923.642)	(1.219.105)	-	-	-	-	-	-
Após seis anos	(636.791)	(751.794)	(838.422)	(924.389)	-	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	(638.477)	(752.288)	(838.572)	-	-	-	-	-	-	-	-
Após oito anos	(638.544)	(752.328)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Após nove anos	(638.905)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2019	(638.905)	(752.328)	(838.572)	(924.389)	(1.219.105)	(1.132.528)	(1.272.337)	(1.905.402)	(2.272.028)	(1.052.324)	(12.007.918)
Varição entre estimativa inicial e final	(27.053)	46.245	23.720	14.823	60.443	(28.462)	(37.892)	(511.852)	568.891	-	-
% de variação entre estimativa inicial e final	-4%	6%	3%	2%	5%	-3%	-3%	-27%	25%	-	-
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a períodos anteriores	10	13	1.066	2.407	387	5.246	901	6.045	83.703	477.471	577.249

continua →

☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Somo Seguros S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Valores em milhares											
Bruto do efeito de resseguro judicial											
Ano de ocorrência:											
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	992	1.344	4.673	2.771	3.070	3.855	1.865	4.288	4.414	2.196	-
Após um ano	7.475	12.356	23.290	13.198	16.777	15.879	10.314	30.621	10.522	-	-
Após dois anos	14.042	21.529	28.395	23.041	27.916	19.440	29.608	28.377	-	-	-
Após três anos	16.861	24.653	34.484	26.633	27.505	44.502	24.589	-	-	-	-
Após quatro anos	19.022	29.328	37.879	28.532	52.197	34.183	-	-	-	-	-
Após cinco anos	20.873	30.109	33.675	42.926	40.018	-	-	-	-	-	-
Após seis anos	23.558	28.722	58.072	38.305	-	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	22.086	45.887	46.963	-	-	-	-	-	-	-	-
Após oito anos	35.303	39.421	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Após nove anos	25.976	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2019	25.976	39.421	46.963	38.305	40.018	34.183	24.589	28.377	10.522	2.196	290.550
Pagamentos de sinistros											
No próprio ano	(92)	(473)	(194)	(567)	(743)	(511)	(307)	(524)	(1.475)	(661)	-
Após um ano	(517)	(4.253)	(2.095)	(2.395)	(2.647)	(3.920)	(1.956)	(8.454)	(3.665)	-	-
Após dois anos	(1.556)	(5.863)	(4.356)	(5.904)	(5.944)	(7.838)	(9.704)	(13.768)	-	-	-
Após três anos	(3.636)	(9.207)	(8.078)	(8.353)	(9.470)	(18.211)	(13.468)	-	-	-	-
Após quatro anos	(5.328)	(11.720)	(11.617)	(13.642)	(19.312)	(24.414)	-	-	-	-	-
Após cinco anos	(9.143)	(14.874)	(14.692)	(20.316)	(25.752)	-	-	-	-	-	-
Após seis anos	(11.253)	(16.265)	(30.121)	(29.089)	-	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	(13.313)	(27.376)	(36.706)	-	-	-	-	-	-	-	-
Após oito anos	(18.573)	(35.046)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Após nove anos	(21.353)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2019	(21.353)	(35.046)	(36.706)	(29.089)	(25.752)	(24.414)	(13.468)	(13.768)	(3.665)	(661)	(203.922)
Variação entre estimativa inicial e final	(24.984)	(38.077)	(42.290)	(35.534)	(36.948)	(30.328)	(22.724)	(24.089)	(6.108)	-	-
% de variação entre estimativa inicial e final	-117%	-109%	-115%	-122%	-143%	-124%	-169%	-175%	-167%	-	-
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a períodos anteriores	4.623	4.375	10.257	9.216	14.266	9.769	11.121	14.609	6.857	1.535	86.628
				Subtotal diferença	Salvado Estimado	Retrocessão	DPVAT (PSL, IBNR e PDA)	IBNeR	Outras Provisões	Ocorridos antes de 2009	Total diferença
				(48.944)	-	-	13.916	-	-	35.028	-

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Valores em milhares											
Líquido do efeito de resseguro administrativo											
Ano de ocorrência:											
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	556.663	695.969	803.885	880.307	1.176.590	1.037.736	1.080.886	1.163.414	993.267	1.024.030	-
Após um ano	581.375	673.474	790.313	863.333	1.147.737	1.032.693	1.101.070	1.191.292	1.015.021	-	-
Após dois anos	579.543	670.274	782.262	866.759	1.142.137	1.033.055	1.105.138	1.194.345	-	-	-
Após três anos	579.220	669.770	783.904	865.537	1.143.402	1.033.586	1.103.453	-	-	-	-
Após quatro anos	579.907	670.334	783.606	866.055	1.144.542	1.033.919	-	-	-	-	-
Após cinco anos	580.075	670.142	784.051	866.247	1.145.568	-	-	-	-	-	-
Após seis anos	579.813	670.477	784.256	867.336	-	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	580.076	670.442	784.426	-	-	-	-	-	-	-	-
Após oito anos	580.102	670.428	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Após nove anos	580.391	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2019	580.391	670.428	784.426	867.336	1.145.568	1.033.919	1.103.453	1.194.345	1.015.021	1.024.030	9.418.917
Pagamentos de sinistros											
No próprio ano	(430.466)	(487.980)	(571.000)	(578.238)	(828.795)	(756.572)	(802.347)	(844.561)	(721.580)	(775.893)	-
Após um ano	(567.012)	(656.475)	(767.439)	(843.755)	(1.123.542)	(1.016.443)	(1.084.828)	(1.168.657)	(994.163)	-	-
Após dois anos	(574.067)	(665.870)	(778.426)	(861.588)	(1.139.214)	(1.028.632)	(1.097.799)	(1.189.939)	-	-	-
Após três anos	(577.719)	(668.216)	(781.701)	(864.909)	(1.142.274)	(1.031.235)	(1.102.578)	-	-	-	-
Após quatro anos	(579.090)	(669.339)	(783.239)	(865.812)	(1.143.979)	(1.033.344)	-	-	-	-	-
Após cinco anos	(579.574)	(670.108)	(783.864)	(865.979)	(1.145.181)	-	-	-	-	-	-
Após seis anos	(579.794)	(670.199)	(784.105)	(866.728)	-	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	(580.043)	(670.400)	(784.256)	-	-	-	-	-	-	-	-
Após oito anos	(580.067)	(670.415)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Após nove anos	(580.381)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2019	(580.381)	(670.415)	(784.256)	(866.728)	(1.145.181)	(1.033.344)	(1.102.578)	(1.189.939)	(994.163)	(775.893)	(9.142.878)
Variação entre estimativa inicial e final	(23.728)	25.541	19.459	12.971	31.022	3.817	(22.567)	(30.931)	(21.754)	-	-
% de variação entre estimativa inicial e final	-4%	4%	2%	1%	3%	0%	-2%	-3%	-2%	-	-
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a períodos anteriores	10	13	170	608	387	575	875	4.406	20.858	248.137	276.039
				Subtotal diferença	Salvado Estimado	Retrocessão	DPVAT (PSL, IBNR e PDA)	IBNeR	Outras Provisões	Ocorridos antes de 2009	Total diferença
				(176.364)	(20.786)	2.528	153.216	38.533	437	2.436	-

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Valores em milhares											
Líquido do efeito de resseguro judicial											
Ano de ocorrência:											
Incorrido mais IBNR											
No final do ano de ocorrência	917	1.287	4.591	2.495	2.415	3.713	1.748	4.101	1.884	2.091	-
Após um ano	6.427	10.017	17.871	11.702	15.054	15.446	9.999	13.357	9.140	-	-
Após dois anos	11.911	17.938	25.045	21.416	25.622	19.149	14.780	21.220	-	-	-
Após três anos	14.406	20.422	29.984	24.944	25.961	24.902	18.218	-	-	-	-
Após quatro anos	16.512	24.639	32.500	26.887	28.952	27.305	-	-	-	-	-
Após cinco anos	18.837	24.995	30.597	25.765	32.554	-	-	-	-	-	-
Após seis anos	21.323	25.060	30.574	31.242	-	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	19.875	25.115	31.874	-	-	-	-	-	-	-	-
Após oito anos	22.324	27.052	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Após nove anos	20.638	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2019	20.638	27.052	31.874	31.242	32.554	27.305	18.218	21.220	9.140	2.091	221.334
Pagamentos de sinistros											
No próprio ano	(91)	(470)	(193)	(530)	(364)	(508)	(307)	(524)	(459)	(645)	-
Após um ano	(515)	(2.327)	(2.020)	(2.309)	(2.228)	(3.808)	(1.951)	(2.358)	(2.570)	-	-
Após dois anos	(1.549)	(3.867)	(3.845)	(5.583)	(5.399)	(7.725)	(4.611)	(7.493)	-	-	-
Após três anos	(3.614)	(7.182)	(7.374)	(8.089)	(8.847)	(11.563)	(7.505)	-	-	-	-
Após quatro anos	(5.131)	(9.646)	(10.851)	(13.190)	(12.595)	(17.697)	-	-	-	-	-
Após cinco anos	(8.723)	(12.366)	(13.429)	(14.824)	(18.829)	-	-	-	-	-	-
Após seis anos	(10.818)	(13.736)	(18.126)	(22.617)	-	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	(12.729)	(16.709)	(23.047)	-	-	-	-	-	-	-	-
Após oito anos	(14.385)	(22.770)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Após nove anos	(17.130)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição em 31/12/2019	(17.130)	(22.770)	(23.047)	(22.617)	(18.829)	(17.697)	(7.505)	(7.493)	(2.570)	(645)	(140.303)
Variação entre estimativa inicial e final	(19.721)	(25.765)	(27.283)	(28.747)	(30.139)	(23.592)	(16.470)	(17.119)	(7.256)	-	-
% de variação entre estimativa inicial e final	-115%	-113%	-118%	-127%	-160%	-133%	-219%	-228%	-282%	-	-
Reconciliação com o balanço patrimonial											
Provisão referente a períodos anteriores	3.508	4.282	8.827	8.625	13.725	9.608	10.713	13.727	6.570	1.446	81.031
				Subtotal diferença							

—☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Somp Seguros S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

b) Movimentação das provisões judiciais:

Natureza	Saldo em 31/12/2018	Principal	Encargos moratórios	Baixas	Saldo em 31/12/2019
I - Fiscais	130.863	—	3.181	—	134.044
II - Trabalhistas	9.118	3.168	774	(2.968)	10.092
III - Cíveis	8.562	2.358	326	(2.418)	8.828
Total	148.543	5.526	4.281	(5.386)	152.964

c) Descrição resumida das principais ações judiciais: Provisões fiscais: i. Ações de natureza fiscal (ações incluídas na anistia fiscal - Lei nº 11.941/2009): A Seguradora optou por desistir de determinadas ações judiciais nos termos da Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, mediante pagamento à vista em 30 de novembro de 2009, de débitos com a Receita Federal do Brasil - RFB e com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. Dentre as ações incluídas na anistia fiscal destacamos a COFINS, bem como a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre tributos com exigibilidade suspensa, em relação aos quais a RFB apresentou manifestações discordando da metodologia de cálculo utilizada pela Seguradora para quitação dos tributos. A ação da COFINS foi julgada favoravelmente à Seguradora e a ação da CSLL aguarda julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região - TRF3. Foi constituída provisão para os casos em que a probabilidade de perda foi considerada "provável". **ii. PIS - Programa de Integração Social:** A Seguradora discute para o período de junho de 1994 a dezembro de 2014 a exigibilidade da contribuição para o PIS, nos termos das emendas constitucionais - EC nºs 01/1994, 10/1996 e 17/1997 e Lei nº 9.718/1998, as quais alteraram a base de cálculo e alíquota que passou a incidir sobre a receita bruta operacional. Em todas as ações judiciais houve interposição dos recursos especial e extraordinário, os quais se encontram com julgamento sobrestado aguardando o julgamento definitivo dos "leading cases" em trâmite no Supremo Tribunal Federal - STF. **iii. PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social:** Para o período de janeiro de 2015 em diante as contribuições ao PIS e à COFINS passaram a ser recolhidas sobre as receitas de prêmios nos termos da Lei nº 12.973/2014. A Seguradora ingressou com mandado de segurança para questionar a base de cálculo do PIS e da COFINS, especialmente em relação à tributação das referidas receitas financeiras. Atualmente o processo aguarda julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça. A partir de março de 2017 a Seguradora passou a incluir, na base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, as receitas financeiras geradas pelas aplicações vinculadas em cobertura de reservas técnicas de seguros, tendo efetuado o pagamento do PIS calculado sobre as receitas financeiras dos exercícios de 2015 à 2016 e da COFINS calculada sobre as receitas financeiras dos exercícios de 2013 a 2016. **iv. IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte - glosa de despesas:** A Seguradora recebeu autos de infração referentes ao imposto de renda, contribuição social e imposto de renda retido na fonte, sobre glosa de despesas dos exercícios de 1991 e 1992. Proposta ação anulatória, em maio de 2015 foi proferida sentença julgando parcialmente procedente a ação judicial sendo determinada a anulação da cobrança em quase sua totalidade, reduzindo o débito para 0,81% de seu valor original. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso de apelação interposto pela União Federal. Foi constituída provisão para os casos em que a probabilidade de perda foi considerada "provável". **v. CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** A Seguradora questiona judicialmente a Emenda Constitucional - EC nº 10/1996 sobre a elevação da alíquota da contribuição social de 18% para 30% no primeiro semestre do exercício de 1996. Atualmente os autos aguardam julgamento de recurso extraordinário pelo STF. **vi. IRPJ - Dedução de tributos com exigibilidade suspensa:** A Seguradora discutia judicialmente a legalidade da dedução de tributos com exigibilidade suspensa da base de cálculo do IRPJ, a teor do disposto no § 1º, do artigo 41, da Lei nº 8.981/1995. Em setembro/2019 houve o julgamento do agravo em recurso extraordinário pelo STF, sendo proferida decisão definitiva desfavorável à Seguradora. Atualmente os autos aguardam início da fase de liquidação do débito em relação ao qual foram realizados depósitos judiciais integrais e seu respectivo provisionamento. **Provisões trabalhistas:** A Seguradora responde por processos de natureza trabalhista que encontram-se em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final destes processos, foi constituída provisão para os casos cuja probabilidade de perda foi considerada "provável". **Provisões cíveis:** A Seguradora responde por processos de natureza cível, não relacionadas a ações de seguros que encontram-se em diversas fases de tramitação. Foi constituída provisão para os casos em que a probabilidade de perda foi considerada "provável".

21. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social é representado por 108.946.242 ações ordinárias (106.786.176 em 2018) e 8.832 ações preferenciais (8.871 em 2018). A Seguradora é uma Companhia fechada e está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$ 1.300.000 independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem caberá fixar as condições da emissão. **b) Reserva de capital:** Refere-se a incentivos fiscais de imposto de renda. **c) Custos de transação:** A Seguradora incorreu em diversos custos para a concretização do acordo com o Grupo Somp, citado na nota explicativa nº 1. Tais custos, detalhados no quadro abaixo, são diretamente atribuíveis às atividades necessárias à concretização dessa transação e, por conta dessa natureza, foram registrados no patrimônio líquido, por valor líquido dos efeitos tributários, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC 8 - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários:

	2019
Assessoria financeira	7.932
Assessoria estratégica	3.000
Assessoria jurídica	882
Outros	279
Subtotal	12.093
Impostos	(4.837)
Total	7.256

d) Reserva legal: Constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **e) Reserva estatutária:** Constituída pelo valor remanescente do lucro de cada exercício social, após deduções legais e estatutárias, sendo destinada à absorção de prejuízos e aumento de capital. **f) Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos mínimos ainda não pagos ao final de cada exercício é deduzida do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Estatuto Social prevê a compensação dos prejuízos acumulados como condição primária na destinação do lucro líquido para a constituição da reserva legal, distribuição de dividendos obrigatórios ou juros sobre capital próprio não inferior a 25% e constituição da reserva estatutária. Também prevê a destinação da reserva estatutária para a amortização de eventuais prejuízos, desde que, deliberada por Assembleia Geral ou Conselho de Administração. O benefício fiscal dos Juros sobre Capital Próprio - JCP é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o exercício aplicável, conforme a legislação vigente. O montante distribuído de juros sobre o capital próprio em 2019 é de R\$ 27.224 (R\$ 28.877 em 2018). **g) Ações em tesouraria:** No primeiro semestre de 2019, nos termos do artigo 30, § 1º, b, da Lei 6.404/76 e alterações, foram adquiridas 8.903 ações ordinárias e 39 ações preferenciais da Seguradora para permanência em tesouraria pelo valor total de R\$ 103. **h) Ajustes de exercícios anteriores:** Refere-se a ajuste da provisão de passivos diferidos (DTL) não reconhecidos em consonância com as diretrizes da Lei 12.973/2014.

22. Detalhamento das contas da demonstração do resultado

	2019	2018
a) Prêmios emitidos líquidos	3.374.269	2.937.320
Prêmios diretos	3.333.386	2.795.405
Prêmios de riscos vigentes não emitidos - RVNE	33.345	9.328
Cosseguro aceitos de congêneres	68.451	104.597
Cosseguro cedidos de congêneres	(85.180)	(36.089)
Prêmio DPVAT	24.267	64.079
b) Variação das provisões técnicas de prêmios	(391.420)	(107.075)
Provisão de prêmios não ganhos	(389.442)	(106.791)
Provisão matemática de benefícios a conceder	(5)	28
Outras provisões técnicas - PDA	(1.973)	(312)
c) Prêmios ganhos	2.982.849	2.830.245
d) Receita com emissão de apólices	6.683	7.428
e) Sinistros ocorridos	(1.651.795)	(1.676.958)
Indenizações avisadas	(1.657.199)	(1.674.907)
Serviços de assistência	(83.679)	(101.702)
Salvados e ressarcimentos	163.099	187.875
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	8.859	(28.705)
Recuperação de sinistros	23.444	32.259
Variação das despesas relacionadas	(106.327)	(91.808)
Outros	8	30
f) Custos de aquisição diferidos	(653.515)	(633.291)
Comissões sobre prêmios retidos	(733.213)	(610.246)
Outras despesas de comercialização	(35.039)	(46.637)
Recuperação de comissões cedidas	9.142	4.893
Variação dos custos de aquisição diferidos	105.595	18.699
g) Outras receitas e despesas operacionais	(99.175)	(141.048)
Outras despesas operacionais	(102.112)	(144.559)
Despesas com cobrança	(12.760)	(21.536)
Despesas com encargos sociais	(2.278)	(2.506)
Redução ao valor recuperável para recebíveis	(845)	5.067
Despesas com emissão de apólices	(40.610)	(57.543)
Despesas com inspeção e vistoria	(9.885)	(11.109)
Despesas com dispositivos de segurança	(31.125)	(31.245)
Outras despesas com operações de seguros	1.152	(17.259)
Amortizações	(2.291)	(2.290)
Despesas diversas	(3.470)	(6.138)
Outras receitas operacionais	2.937	3.511
Outras receitas com operações de seguros	2.937	3.511

h) Resultado com resseguros

	2019	2018
Receitas com resseguros	(158.335)	40.010
Indenização de sinistro (i)	513.734	527.252
Despesas com sinistro	22.918	12.956
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	6.694	4.461
Receita com participações no lucro	31.021	—
Despesas com resseguros	(732.702)	(504.658)
Prêmios de resseguros - diretos	(1.000.279)	(615.255)
Cosseguros aceitos	(2.527)	(1.818)
Cancelamento de resseguros	122.906	74.070
Restituição de resseguros	4.026	4.911
Prêmios de riscos vigentes não emitidos - RVNE	(20.321)	(6.297)
Variação da despesa de resseguro	144.863	121.348
Salvados e ressarcimento	(24.755)	(61.667)
Comissões diferidas	(20.090)	(20.023)
Outras provisões - comissão escalonada	(4.851)	(3.019)
Outras provisões - RVNE	77.326	3.092
i) Despesas administrativas	(383.885)	(373.305)
Despesas com pessoal próprio	(237.332)	(222.330)
Despesas com serviços de terceiros	(67.139)	(62.455)
Despesas com localização e funcionamento	(32.559)	(32.560)
Despesas com publicidade e propaganda	(11.697)	(14.523)
Despesas com publicações	(231)	(206)
Despesas com donativos e contribuições	(816)	(1.148)
Depreciação e amortização	(24.195)	(25.481)
Despesas administrativas do convênio DPVAT	(5.627)	(7.509)
Outras despesas administrativas	(4.289)	(7.093)
j) Despesas com tributos	(65.723)	(71.240)
COFINS	(43.717)	(48.462)
PIS/Pasep	(7.104)	(7.875)
Outros	(12.002)	(12.290)
Impostos municipais	(1.894)	(1.805)
Contribuição sindical	(942)	(713)
Impostos estaduais	(64)	(95)
k) Resultado financeiro	110.741	109.781
Receitas financeiras	162.366	147.756
Rendimento com aplicações financeiras	114.947	101.781
Rendimentos quotas e fundos de investimentos	26.013	24.991
Receitas com títulos de renda fixa privados	3.672	6.908
Receitas com títulos de renda fixa públicos	85.262	69.882
Receitas com ações	(3)	46
Receitas financeiras com operações de seguros	25.970	24.175
Outras	21.452	21.754
Receitas com créditos tributários	435	145
Receitas financeiras contingências DPVAT	318	648
Receitas com atualização de depósitos judiciais	5.950	4.681
Receitas financeiras eventuais	14.749	16.280
Despesas financeiras	(51.625)	(37.975)
Despesas financeiras com renda fixa	(284)	(295)
Despesas financeiras com operações de seguros	(48.114)	(35.349)
Juros	(17)	(31)
Oscilação cambial	(10.028)	(4.943)
Despesas de juros sobre operação de DPVAT	(12.266)	(15.390)
Provisão de sinistros a liquidar	(40.556)	(10.641)
Cosseguros cedidos	52	(187)
Resseguros cedidos	15.164	(4.078)
DPVAT	(463)	(79)
Outras	(3.227)	(2.331)
Despesas financeiras de encargos sobre tributos	(3.186)	(3.408)
Despesas financeiras eventuais	(41)	1.077
l) Resultado patrimonial	(8.065)	3.585
Receitas com imóveis de renda	261	47
Equivalência patrimonial	1.116	9.656
Doações	—	10
Amortização Price Purchase Allocation (PPA)	(9.442)	(6.128)
m) Ganhos e perdas com ativos não correntes	325	(92)
Resultado na alienação de bens do ativo permanente	330	95
Resultado em outras operações - outras receitas não correntes	(5)	(187)

(i) Em maio de 2018, a Seguradora foi avisada de um sinistro no ramo de riscos nomeados e operacionais, no montante de R\$ 339.973 com retenção de 1,19%. (vide notas nº 7 e 16).

23. Imposto de renda e contribuição social

	2019	2018
Resultado antes dos impostos e participações	80.105	80.105
Juros sobre o capital próprio - JCP	(27.224)	(27.224)
Participações sobre o resultado	(21.927)	(21.927)
Resultado tributável	30.954	30.954
Ajustes temporários	2.607	2.607
Provisões judiciais	3.849	3.849
Provisões para devedores duvidosos	713	713
Provisões com funcionários	1.980	1.980
Provisão de amortização de projetos	899	899
Outros ajustes temporários	(4.834)	(4.834)
Ajustes permanentes	(71.197)	(74.012)
Ajustes de equivalência patrimonial	(1.116)	(1.116)
Outros ajustes permanentes	(70.081)	(72.896)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	(37.636)	(40.451)
(-) Compensação de prejuízo fiscal e base negativa CSLL	—	(5.057)
Base de cálculo após compensação	(37.636)	(40.451)
Imposto de renda e contribuição social	—	(2.925)
Complemento do imposto de renda e contribuição social	—	(1.264)
Créditos de prejuízo fiscal e base negativa CSLL	9.409	6.068
Incentivo fiscal	—	159
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	652	391
Outros ajustes	(3.587)	(1.591)
Total de imposto de renda e contribuição social	6.474	4.868

24. Partes relacionadas: Partes relacionadas à Seguradora foram definidas pela Administração como sendo os seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no pronunciamento técnico CPC 5 - Divulgação sobre partes relacionadas. As principais transações envolvendo partes relacionadas estão descritas a seguir: **a) Somp Saúde Seguros S.A. (controlada):** i. A Seguradora compartilha com sua controlada certos componentes da estrutura administrativa e operacional. O critério para o rateio das despesas administrativas compartilhadas foi definido com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos em contrato entre as partes. Os montantes de recuperação de despesas administrativas de sua controlada somaram em 2019 R\$ 12.713 (R\$ 13.883 em 2018). **ii.** Os funcionários da Seguradora contam com seguro saúde contratado junto à sua controlada, cujos custos são assumidos pela Seguradora. O total de prêmios em 2019 foi de R\$ 27.455 (R\$ 23.108 em 2018). **iii.** Os funcionários da controlada contam com seguro de vida contratado junto à Seguradora. O total de prêmios durante 2019 somaram R\$ 39 (R\$ 36 em 2018). **b) Somp Services Gestão de Riscos e Vistoria Ltda. (controlada):** i. A Seguradora vendeu salvados a funcionários da Somp Services, constituindo um contas a receber em 2019 de R\$ 14. **ii.** A Seguradora contrata os serviços de gerenciamento de riscos, vistoria e regulação de sinistros junto à sua controlada. O total das despesas com serviços de vistoria em 2019 foi de R\$ 3.270 (R\$ 1.156 em 2018). **iii.** Os funcionários da controlada contam com seguro de vida contratado junto à Seguradora. O total de prêmios durante 2019 somaram R\$ 2. **c) Outras partes relacionadas:** i. A Somp Seguros detém contratos de resseguro facultativo com a Somp Japan Nipponkoa Insurance, Inc. (R\$ 1.152 em 2019) e sinistros pagos pendentes (R\$ 5.729 em 2019); **ii.** Também detém contratos de resseguro facultativo com a Endurance Worldwide Insurance Limited (R\$ 2.276 em 2019) e sinistros pagos pendentes (R\$ 458 em 2019). **iii.** Adicionalmente possui juros sobre capital próprio pendente (R\$ 23.124 em 2019) com a nova detentora majoritária de suas ações, a Somp International Holdings Brasil. **iv.** Os saldos e valores das transações com partes relacionadas estão resumidos no quadro abaixo:

Ativo	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Controlada		
Somp Saúde Seguros S.A.	926	1.579
Reembolso de despesas administrativas a receber	926	1.579
Somp Services Gestão de Riscos e Vistoria Ltda.	14	—
Reembolso de despesas administrativas a receber	14	—
Somp Japan Nipponkoa Insurance Inc.	5.729	—
Sinistro de resseguro	5.729	—
Endurance Worldwide Insurance Limited	458	—
Sinistro de resseguro	458	—
Total do ativo	7.127	1.579

—☆ continua

—☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Somo Seguros S.A. (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Passivo Controlado	Dezembro de 2019		Dezembro de 2018		Recuperação de resseguro	3.228	-	-	-
Somo Services Gestão de Riscos e Vitoria Ltda.	(237)		(81)		Juros sobre capital próprio - JCP	-	-	-	28.853
Serviços de vistoria	(237)		(81)		Somo International Holdings Brasil Ltda.			27.205	
Somo International Holdings Brasil Ltda.	(23.124)				Juros sobre capital próprio - JCP	-	-	27.205	-
Juros sobre capital próprio - JCP	(23.124)				Endurance Worldwide Insurance Limited	952		(1.159)	
Somo Japan Nipponkoa Insurance Inc.	(1.152)				Reintegração de resseguro	-	-	(1.159)	-
Prêmios de resseguro	(1.152)				Recuperação de resseguro	952		-	-
Endurance Worldwide Insurance Limited	(2.276)				Total resultado	16.934	13.919	(5.500)	4.589
Prêmios de resseguro	(2.276)				25. Benefícios a empregados: O quadro abaixo refere-se aos planos de aposentadoria que a Seguradora oferece aos seus funcionários, ex-funcionários e respectivos beneficiários (vide nota explicativa nº 31.I).				
Total do passivo	(26.789)		(81)						

Demonstração do resultado Controlado	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Somo Saúde Seguros S.A.	12.752	13.919	(27.455)	(23.108)
Recuperação de despesas administrativas	12.713	13.883	-	-
Prêmios - seguros saúde	-	-	(27.455)	(23.108)
Prêmios - seguros vida	39	36	-	-
Somo Services Gestão de Riscos e Vitoria Ltda.	2		(3.270)	(1.156)
Serviços de vistoria	2		(3.270)	(1.156)
Prêmios - seguros vida	2		-	-
Somo Japan Nipponkoa Insurance Inc.	3.228		(821)	28.853
Reintegração de resseguro	-	-	(821)	-

Conselho de Administração	
Francisco Caiuby Vidigal Filho Presidente	Katsuyuki Tajiri Arlindo da Conceição Simões Filho
Contador	
Ivan Fernando dos Santos - CRC SP269845/O-8	

Plano I Plano II Plano III Saldo final	2019		Receitas/despesas
	Obrigações atuariais	Valor justo ativos	
Plano I	24.615	25.313	-
Plano II	2.655	17.148	4.825 (198)
Plano III	57.147	44.462	(12.685) 410
Saldo final	84.417	86.923	(7.860) 212
Plano I Plano II Plano III Saldo final	2018		Receitas/despesas
	Obrigações atuariais	Valor justo ativos	
Plano I	21.841	24.690	-
Plano II	2.309	15.925	2.011 (304)
Plano III	46.606	42.253	(4.353) 190
Saldo final	70.756	82.868	(2.342) (114)

Diretoria	
Francisco Caiuby Vidigal Filho Diretor Presidente	Sven Robert Will - Diretor Executivo Adailton Oliveira Dias - Diretor Executivo
Atsushi Yasuda - Diretor Executivo	Fernando Antônio Grossi Cavalcante - Diretor Executivo
Atuário	
Duarte Marinho Vieira - MIBA 1112	

Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Aos Membros do Conselho de Administração da Somo Seguros S.A. O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Somo Seguros S.A. ("Seguradora") é um órgão estatutário subordinado ao Conselho de Administração ("Conselho"), por ele instituído, e cujo funcionamento obedece a seu regimento interno. O Comitê foi instituído em linha com as políticas de governança corporativa adotadas pela Seguradora e em obediência e consonância com os preceitos e normas instituídos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). O Comitê é composto por membros independentes eleitos pelo Conselho e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pelo CNSP, tendo suas indicações sido homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Compete ao Comitê de Auditoria apoiar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos. A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e a conformidade (compliance) com a legislação e a regulamentação que regem a sua atividade. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de seu trabalho ao longo do ano.

Principais atividades do Comitê: O Comitê atua através da realização de reuniões periódicas, pelo menos mensais, na sede da Seguradora com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder a questionamentos formulados pelos membros do Comitê. O Comitê atua, também, realizando acompanhamento e revisões, à distância, de documentos e informações. As atividades do Comitê, relativas ao exercício de 2019, incluíram: a) Reuniões com os executivos das áreas de planejamento estratégico, contabilidade, controladoria, controles internos, compras, canal de denúncias, compliance, gestão de riscos, coseguro, gestão de experiência do cliente, jurídico, precificação, resseguro, tecnologia (infraestrutura e segurança da informação), vida, ouvidoria, recursos humanos e atuarial, com os profissionais responsáveis pela prestação dos serviços terceirizados de auditoria interna, de auditoria atuarial e da auditoria independente;

b) Acompanhamento das atividades executadas pela Administração da Seguradora relacionadas à avaliação e gerenciamento de riscos, à gestão do sistema de controles internos, ao cumprimento de normas externas e internas e do Código de Ética da Seguradora; c) Avaliação das demonstrações financeiras e discussão com a Administração da Seguradora e com seus auditores independentes sobre as práticas contábeis relevantes adotadas, as informações divulgadas, o tratamento das questões contábeis críticas, os controles internos e o cumprimento das normas legais e regulamentares mais relevantes; e d) Análise dos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Seguradora, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O Comitê realizou ainda reuniões periódicas com o Diretor-Presidente da Seguradora com o Conselho de Administração e Diretoria Executiva. O Comitê mantém com os auditores independentes e com a auditoria interna canais regulares de comunicação. O Comitê interveio-se dos seus planos anuais de trabalho e acompanha os trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avalia a aderência dos auditores independentes e da auditoria interna às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades são exercidas. O Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, e apoiada no relatório dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S., entende que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 encontram-se em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração. O Comitê informa ainda que, no período abrangido por esse relatório, não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2020

Manfred Kautz

Membro do Comitê de Auditoria

Paulo José Arakaki

Membro do Comitê de Auditoria

Pompeu da Cruz Esteves Junior

Coordenador do Comitê de Auditoria

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da Somo Seguros S.A. São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Somo Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Somo Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos

são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2020

**ERNST & YOUNG****Auditores Independentes S.S.**

CRC-2SP034519/O-6

Patricia di Paula da Silva Paz

Contadora - CRC-1SP198827/O-3

Parecer dos auditores atuariais independentes - Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Aos Acionistas e Administradores da Somo Seguros S.A. Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Somo Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2019, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução deste parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular, quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e dos ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles

internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2019 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências imateriais, justificadas pela Sociedade, na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros do FIP, referentes a prêmios e sinistros (exclusivamente nos dados concernentes ao escopo da auditoria atuarial) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Todavia, essas divergências são menos relevantes quando comparadas ao exercício de 2018, demonstrando maior eficiência nos controles internos da Sociedade, além de não se constituírem em risco de distorção relevante na apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo e não impactarem nossa opinião sobre os mesmos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2020

Magali Rodrigues Zeller

MIBA nº 687

AT Service Engenharia e Consultoria Atuarial Ltda.

CNPJ nº 71.588.495/0001-60

CIBA nº 080

Rua Princesa Isabel de Bragança, 235, Conjunto 1307

08710-460, Mogi das Cruzes, São Paulo.

